

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

12 abr 2017 | O Globo

Políticos refutam ligação com desvios

Ministros e parlamentares se dizem surpresos com citações

“A Odebrecht nunca realizou obra no Acre. Nem sequer poderia ter aqui qualquer interesse escuso” Tião Viana Governador do Acre “Confio na Justiça, no MP e na PF” Rodrigo Maia Presidente da Câmara

Alguns dos ministros e parlamentares investigados nos 76 inquéritos abertos pelo ministro Edson Fachin, relator da Lava-Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), defenderam-se ontem das acusações.

Eiseu Padilha (PMDB-RS), ministro-chefe da Casa Civil, afirmou em nota que “o conteúdo de investigações será debatido exclusivamente dentro dos autos”.

Gilberto Kassab (PSD-SP), responsável pela pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, garantiu que “confia na Justiça, ressalta que não teve acesso oficialmente às informações e que é necessário ter cautela com depoimentos de colaboradores, que não são provas. Reafirma que os atos praticados em suas campanhas foram realizados conforme a legislação.”

Ministro das Cidades, Bruno Araújo (PSDB-PE) alegou ter solicitado doações para diversas empresas, inclusive a Odebrecht.

“Em todo o meu mandato, sempre atuei em prol de interesses coletivos. Atuei de acordo com a minha consciência”, ressaltou.

MOREIRA FRANCO NÃO COMENTA

Aloysio Nunes, ministro de Relações Exteriores, disse que as “afirmações são mentirosas, mas que só vai se manifestar depois que tiver acesso ao conteúdo do pedido de inquérito”.

Blairo Maggi (PP-MT), da Agricultura, assumiu o mesmo tom, alegando não ter tido “qualquer possibilidade de acesso ao conteúdo para se defender”.

Responsável pela pasta da Indústria e Comércio, Marcos Pereira (PRB-ES) colocou-se “à disposição da Justiça para prestar todos os esclarecimentos necessários, muito embora não tenha sido notificado oficialmente nem tenha conhecimento de nada daquilo que é acusado”.

Já Roberto Freire (PPS-SP), ministro da Cultura, disse que só vai se manifestar após ter acesso ao conteúdo das investigações, enquanto Moreira Franco (PMDB-RJ), da Secretaria-Geral da Presidência, não quis comentar.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), por sua vez, mostrou tranquilidade.

— Confio na Justiça, no Ministério Público e confio na Polícia Federal. Os fatos serão esclarecidos e os inquéritos serão arquivados. Há citações de delatores que o processo vai comprovar que são falsas e os inquéritos serão arquivados — afirmou o parlamentar.

Eunício Oliveira (PMDBCE), presidente do Senado, destacou que a democracia prevê o “amplo direito de defesa”. E foi além:

— A verdade prevalecerá. A Justiça tem maturidade e firmeza para apurar e distinguir a verdade das mentiras e das versões alternativas.

Governador do Acre, Tião Viana (PT) também se manifestou após a lista de Fachin.

— A Odebrecht nunca realizou qualquer obra no estado do Acre. Portanto, nem sequer poderia ter aqui qualquer tipo de interesse escuso ou ilegal. Nunca me reuni com o senhor Marcelo Odebrecht, com nenhum executivo da sua empresa nem de qualquer outra envolvida na Operação Lava- Jato — disse o governador.

RENAN: FALTA DE PROVAS Paulo Hartung, governador do Espírito Santo, classificou de “leviana, mentirosa e delirante a citação de que teria recebido recursos da Odebrecht”:

— Não disputei as eleições de 2010 e 2012. Acusações infundadas como essa só contribuem para confundir, tumultuar a investigação e manchar a trajetória das pessoas de forma irresponsável.

Líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR) mostrou serenidade:

— Sempre estive e sempre estarei à disposição da Justiça para prestar qualquer informação. Nas minhas campanhas eleitorais sempre atuei dentro da legislação e tive todas as minhas contas aprovadas.

Renan Calheiros (PMDB-AL), líder do partido no Senado, criticou a “condenação prévia”.

— Um homem público sabe que pode ser investigado. Mas isso não pode significar uma condenação prévia ou um atestado de que alguma irregularidade foi cometida. Acredito que esses inquéritos serão arquivados por falta de provas, como aconteceu com o primeiro.

A senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) foi outra que questionou a veracidade das acusações da lista de Fachin:

— Os fatos mencionados na delação são inteiramente falsos. A conduta da senadora Marta Suplicy sempre foi baseada nos princípios éticos que marcam toda sua vida pública.

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)